



REVISTA DISCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UERJ



VOLUME 16 | N. 1
JAN-JUN DE 2022

DIA LOGOS



Dia-Logos

REVISTA DOS ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

v. 16, n. 1, jan./jun., 2022



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Reitor

Ricardo Lodi Ribeiro

Vice-reitor

Mario Sérgio Alves Carneiro

Pró-reitor de Graduação (PR-1)

Lincoln Tavares Silva

Sub-reitor de Pós-graduação e Pesquisa (PR-2)

Luís Antônio Campinho Pereira da Mota

Pró-reitora de Extensão e Cultura (PR-3)

Claudia Gonçalves de Lima

Pró-reitora de Políticas e Assistência Estudantis (PR-4)

Catia Antonia da Silva

Diretora do Centro de Ciências Sociais

Dirce Eleonora Nigro Solis

Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Jaime Antunes da Silva

Vice-diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Mônica Leite Lessa

Coordenadora-Geral do Programa de Pós-graduação em História

Beatriz de Moraes Vieira

Coordenador-Adjunto do Programa de Pós-graduação em História

Carlos Eduardo Pinto de Pinto

Coordenador do Doutorado

Fabiano Vilaça dos Santos

Coordenadora do Mestrado

Marina Monteiro Machado

Dia-Logos

REVISTA DOS ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

v. 16, n. 1, jan./jun., 2022



Capa

Anderson Albérico Ferreira

Imagem

Azulejo - Escadaria Selarón
©Anderson Albérico, 2017.

Diagramação

Daniel Marcos Martins
Karoline Marques Machado
Juliana da Silva Sabatinelli

Revisão

Anderson Albérico Ferreira
Daniel Marcos Martins
José Marcos Paula Pessoa Freitas
Karoline Marques Machado
Ronald Lopes de Oliveira

Pareceristas *Ad Hoc* desta edição

Anderson Marcelo Schmitt (UFSC); Cintia Nascimento de Oliveira Conceição (PUC-Rio); Dalton Sanches (UFOP); Danillo Avellar Bragança (UFF); Felipe Matos; Gilciano Menezes Costa (UFF); Israel Silva Aquino (UFRGS); Julian Abascal Sguizzardi Bilbao (USP); Jussara Rodrigues da Silva (UFOP); Leon Adan Gutierrez de Carvalho (UFPR); Lucio Reis Filho (UAM); Márcio dos Santos Rodrigues (UFPA); Mauro Franco (UFOP); Natanael de Freitas Silva (UFRJ); Patrícia Trindade Trizotti (UNESPAR); Robert Porto Castro (PUC-RS); Rodrigo Marins Marretto (Marins); Rodrigo Pereira (UFRJ); Romulo Gabriel Barros (UFPE); Roni César Andrade de Araújo (UFMA).

Conselho Editorial

Alex Brito Ribeiro – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Anderson Albérico Ferreira – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Daniel Marcos Martins – Faculdades Integradas Campo Grandenses, Brasil
Isadora de Mélo Escarrone Costa – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
José Marcos Paula Pessoa Freitas – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Juliana da Silva Sabatinelli – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Karoline Marques Machado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Maria Clara Martins Cavalcanti – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Mariana Franco Teixeira – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Monique Santana de Oliveira Sousa – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Ronald Lopes de Oliveira – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Conselho Consultivo

Dr. Airan dos Santos Borges – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Dr. Alex Gonçalves Varella – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Alexandre Moraes – Universidade Federal Fluminense, Brasil
Dr. Anderson Martins Esteves – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. André Bueno – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Bruno Peres – Universidade Federal Fluminense, Brasil
Dr. Carlos Alvarez Maia – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Carlos Gregório dos Santos – Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil
Dr. Daniel Barbosa – Universidade Federal de Alagoas, Brasil
Dr. Daniel Pinha – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Edgar Leite Ferreira Neto – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Fabiano Vilaça Santos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Fernando Roberto de Freitas Almeida – Universidade Federal Fluminense, Brasil
Dr. Guilherme Pereira das Neves – Universidade Federal Fluminense, Brasil
Dr. Iza Terezinha Gonçalves Quelhas – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Luiz Felipe Ferreira Verrão – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Luiz Reznik – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Marcos Pirateli – Universidade Estadual do Paraná, Brasil
Dr. Oswaldo Munteal Filho – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Paulo Duarte – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Paulo Roberto Gomes Seda – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Ricardo Antônio Souza Mendes – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Tânia Maria T. B. da Cruz Ferreira – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Silvio de Almeida Carvalho – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Williams da Silva Gonçalves – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Beatriz Vieira – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Carolina Barcellos Dias – Universidade Federal de Pelotas, Brasil
Dra. Danielle Gallindo – Universidade Federal de Pelotas, Brasil
Dra. Edna Maria dos Santos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Eliane Garcindo de Sá – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Erica Sarmiento da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Laura Moutinho Nery – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Lená Medeiros de Menezes – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Lúcia Maria Paschoal – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Márcia Gonçalves – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Maria Emília da Costa Prado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Maria Regina Candido – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Maria Teresa Toríbio Brittes Lemos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Marilene Rosa Nogueira da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Monique de Siqueira Gonçalves – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Priscilla Leite Gontijo – Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Correspondência

Rua São Francisco Xavier, 524 – Bloco F – 9º andar – sala 9.037
Maracanã – Rio de Janeiro RJ – CEP 20.550-013
Tel./Fax: (21) 2334-0678 e-mail: rev.dialogos@gmail.com

Todos os textos são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição da editoria ou da instituição responsável por esta publicação.

Sumário

7 **Apresentação**
Editorial

ARTIGOS

8 ***Poppa de bayeux: o papel de uma mulher franca nas relações políticas entre normandos, escandinavos e o mundo carolíngio***
Matheus Brum Domingues Dettmann

RESENHA

21 **CAMPAGNO, Marcelo, GALLEGO, Julián y MAC GAW, Carlos G. (comps.) *Regímenes políticos en el Mediterráneo Antiguo*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2016**
Horacio Miguel Hernán Zapata

APRESENTAÇÃO

A nova equipe editorial da Revista Dia-Logos, organizada pelos alunos da Pós-Graduação em História Política da UERJ, celebra a publicação desse volume como um marco importante do retorno de suas atividades na comunidade acadêmica. Neste ano, a Dia-Logos ingressou novos membros em sua equipe editorial dispostos a trabalhar para que a Revista pudesse estar com a correta publicação cronológica. Para isso, foi preciso a realocação das últimas edições de 2019 e 2020, já publicadas, em novas edições.

Esta edição apresenta a publicação de poucos trabalhos acadêmicos, mas de excelente qualidade. Iniciamos com “Poppa de bayeux: o papel de uma mulher franca nas relações políticas entre normandos, escandinavos e o mundo carolíngio” de Matheus Brum Domingues Dettmann (UFRJ). Sua pesquisa consiste na análise de eventos que se passaram no século X, quando a Normandia possuía uma importante força política diplomática no ocidente medieval. O papel das mulheres nas relações, nos laços e alianças é demonstrado na pesquisa a partir de um estudo quanto à representação da mãe de Guilherme Espada-Longa, soberano normando.

Encerramos a edição com a resenha do livro "Regímenes Políticos en el Mediterráneo Antiguo", escrito por vários pesquisadores e publicado em 2016 em Buenos Aires. Resenhado em língua espanhola, o autor, Horacio Miguel Hernán Zapata, destaca as principais reflexões da obra e suas contribuições para a historiografia.

Desejamos que a escolha dos artigos propostos sejam do interesse do leitor e que possibilite a ampliação dos debates históricos.

Boa leitura!

Equipe editorial da Revista Dia-Logos.

ARTIGO

POPPA DE BAYEUX: O
PAPEL DE UMA MULHER
FRANCA NAS RELAÇÕES
POLÍTICAS ENTRE
NORMANDOS,
ESCANDINAVOS E O
MUNDO CAROLÍNGIO

*POPPA OF BAYEUX: THE ROLE OF A FRANKISH
WOMAN IN THE POLITICAL RELATIONS
BETWEEN NORMANS, SCANDINAVIANS AND
THE CAROLINGIAN WORLD*

*POPPA DE BAYEUX: EL PAPEL DE UNA MUJER
FRANCA EN LA RELACIÓN POLÍTICA ENTRE
NORMANDOS, ESCANDINAVOS Y EL MUNDO
CAROLINGIO*

Matheus Brum Domingues Dettmann

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Rio de Janeiro, Brasil

Resumo

Durante o século X, a Normandia se consolidou como uma importante força política no Ocidente medieval desenvolvendo importantes relações diplomáticas e tanto com o mundo franco quanto com populações escandinavas. Entretanto, o papel das figuras femininas na construção e estabelecimento destas relações costuma ser negligenciado. Esta pesquisa tem como objetivo demonstrar como as mulheres exerceram um papel próprio na consolidação destes laços e alianças políticas, influenciando diretamente nas relações destes normandos com francos e escandinavos. Para isto, realizamos um estudo específico sobre Poppa de Bayeux, mãe de Guilherme Espada-Longa, o segundo soberano normando de Rouen, ou de modo mais preciso de sua representação na *Historia Normannorum* de Dudo de Saint-Quentin.

Palavras-chave: Normandia; Relações políticas; Gênero.

Abstract

During the 10th century, Normandy consolidated itself as an important political force in the medieval West, developing important diplomatic relations with both the Frankish world and Scandinavian populations. However, the role of female figures in building and establishing these relationships is often overlooked. This research aims to demonstrate how women played their own role in the consolidation of these political ties and alliances, directly influencing the relations of these Normans with the Franks and Scandinavians. For this, we carried out a specific study on Poppa of Bayeux, mother of William Longsword, the second Norman sovereign of Rouen, or more precisely his representation in the *Historia Normannorum* de Dudo de Saint-Quentin.

Keywords: Normandy; Political relations; Genre.

Resumen

Durante el siglo X, Normandía se consolidó como una fuerza política importante en el Occidente medieval, desarrollando importantes relaciones diplomáticas tanto con el mundo franco como con las poblaciones escandinavas. Sin embargo, a menudo se pasa por alto el papel de las figuras femeninas en la construcción y el establecimiento de estas relaciones. Esta investigación tiene como objetivo demostrar cómo las mujeres jugaron su propio papel en la consolidación de estos lazos y alianzas políticas, influyendo directamente en las relaciones de estos normandos con francos y escandinavos. Para ello, realizamos un estudio específico sobre Poppa de Bayeux, madre de Guilherme Larga-Espada, el segundo soberano normando de Rouen, o más precisamente su representación en la *Historia Normannorum* de Dudo de Saint-Quentin.

Palabras clave: Normandía; Relaciones políticas; Género.

Introdução

No princípio do século X, o rei dos francos ocidentais Carlos, o simples, realizou uma concessão de terras a um líder nórdico conhecido como Rollo. Este chefe escandinavo então se assentou na região de Rouen com seus seguidores, estabelecendo a dinastia normanda de Rouen. O território governado por esta família seria chamado de Normandia e seus súditos de normandos.

A Normandia iria se expandir e consolidar como uma importante e influente entidade política do Ocidente medieval. Seu nascimento proveniente da união de nórdicos e seus costumes com uma população e instituições carolíngias preexistentes na região levaram estes normandos a buscar forjar laços e alianças tanto com outros nobres da Francia quanto com populações escandinavas.

Esta rede de conexões e política diplomática tiveram um papel determinante para a consolidação dessa Normandia e seu posicionamento como uma força política relevante tanto no contexto escandinavo quanto no mundo franco. Porém, são poucos os estudos que buscam tratar sobre o papel de personagens femininas no estabelecimento e afirmação destes vínculos. Este artigo procura demonstrar como um estudo da relação existente entre homens e mulheres nesse mundo normando pode proporcionar um entendimento mais abrangente destas conexões.

Este estudo se foca em uma análise crítica da obra *De moribus et actis primorum normanniae ducum* de Dudo de Saint-Quentin, também chamada de *Historia Normannorum* ou *Gesta Normannorum*, escrita no primeiro quartel do século XI. De modo mais específico, procuramos tratar sobre Poppa de Bayeux, mulher de origem nobre franca com quem Rollo teve seu filho e herdeiro Guilherme Espada-Longa. Entretanto, não pretendemos realizar uma biografia da personagem, o que se mostraria muito difícil considerando as escassas passagens na obra que narram sobre ela.

A maior preocupação deste artigo é entender como Poppa contribui para a consolidação destes importantes laços políticos para a dinastia normanda e como sua relação com Rollo e seu filho Guilherme influencia nas políticas normandas em relação ao mundo carolíngio. Desse modo, tentamos demonstrar sua importância na obra de Dudo e para a consolidação da dinastia normanda.

Primeiramente, é preciso dizer que este trabalho busca dialogar com os estudos de gênero no medievo, tentando trazê-los para uma abordagem de estudo política. Neste

ponto usamos o conceito de gênero elaborado por Joan Scott que concebeu duas definições para o termo. Gênero, para Scott, é o elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos (SCOTT, 1995). Desse modo, a noção de gênero engloba todas as regras e construções sociais referentes ao que é ser homem e o que é ser mulher numa sociedade. Importante notar que é impossível tratar de uma dessas partes sem levar a outra em consideração. É justamente se opondo ao ideal de feminino que o ideal de masculino é construído e reformulado e vice-versa. A diferenciação e a relação entre os sexos que permite a construção desses mundos feminino e masculino.

Outra definição apresentada por Scott (1995) é encarar este conceito de gênero como um modo primário de significar relações de poder, ou seja, trata da possibilidade de gênero como uma categoria de compreensão e explicação histórica e de outras relações de poder. Como aborda Scott, as relações em gênero estão inseridas em um contexto de disputas de poder e hierarquização entre os sexos, porém para além disso, ela se entrelaça com outras formas e disputas de poder (SCOTT, 1995). A situação de uma mulher rica será diferente da posição de uma mulher pobre na sociedade. Etnia, religião e classe social são outras formas identitárias de disputas de poder que se relacionam e entrecruzam com as questões de gênero.

Estas duas concepções servem de base para a construção deste artigo. Assim, os estudos de gênero se tornam de grande importância ao tratarem não apenas do masculino ou do feminino, mas também da diferenciação e relações entre eles e suas consequências socioculturais. Do mesmo modo que não se pode compreender o masculino sem levar em conta sua relação com o feminino, e vice-versa, este artigo toma como ponto de partida que para se compreender a importância de Poppa de Bayeux na narrativa de Dudo é preciso analisar também como este personagem se relaciona com outras personalidades na obra, em especial personagens masculinos. Assim, pretendemos evidenciar a importância de Poppa para a obra enquanto mulher.

Além disso, como foi dito anteriormente, o foco deste trabalho é uma análise das relações e alianças políticas normandas e da influência de Poppa nestas relações. Para isso, usaremos as questões de gênero como uma categoria de análise para poder compreender outras formas de disputa de poder. O propósito deste trabalho não é definir a condição da mulher na Idade Média, mas sim como Poppa, enquanto mulher na narrativa de Dudo tem relevância no desdobramento e desenvolvimentos destas conexões e relações.

Uma das questões que podem ser formuladas a partir deste ponto seria, é possível utilizar a categoria gênero para tratar de diferentes sociedades e diferentes contextos do passado? É possível, por exemplo, realizar uma história de gênero medieval? Para Carolina Fortes é necessário temporalizar o conceito gênero, ou seja, que este seja inserido no contexto histórico específico tratado, neste caso no Ocidente medieval cristão (FORTES, 2006). Gênero então se coloca como uma referência instável, mas crítica, sendo imprescindível que se rompa com os conceitos preexistentes e se adapte a conceitos já existentes temporalizando-os (FORTES, 2006).

De modo mais específico, uma das dificuldades ao se aplicar os estudos de gênero para o medievo é a respeito da documentação. Como escrever uma história de gênero se quase todos os documentos remanescentes do período são redigidos por homens e para homens? Muitos desses homens sendo religiosos que pouco tiveram contato ou convivência com mulheres de verdade (FORTES, 2006). Desse modo a mulher que vamos encontrar nesses textos não é uma mulher real, mas uma versão idealizada e presa a modelos e estereótipos típicos não somente desta sociedade, mas destes homens que as descrevem. Como é possível então escrever uma história de gênero sem a interação e relação entre homens e mulheres que estes documentos não passam?

Para Fortes (2006) isto é respondido se tomarmos o ato destes autores de escrever sobre mulheres, mesmo que sobre mulheres irreais, como uma forma também de se relacionar com o feminino. Entende-se nestes textos a mulher e o feminino como o outro e o diferente e lhes atribuindo características e escrevendo sobre suas formas e virtudes o autor entra em contato com este outro feminino (FORTES, 2006). Embora esse relacionamento assuma uma forma unilateral que prioriza a voz masculina, não podemos dizer que esta voz feminina se encontra totalmente excluída.

Segundo Fortes (2006), identidades de gênero se constroem com relação uma à outra, dado a mentalidade diacrônica própria desta sociedade medieval. Gênero também pode ser utilizado para o período medieval como forma de significar relações de poder sendo o masculino, pelo menos nas fontes eclesásticas, entendido como superior ao feminino. Essas questões podem ser bem percebidas, por exemplo, no texto de Jacques Dalarun (1990) “Olhares de clérigos”.

Ao trazer uma série de relatos de autores religiosos medievais, como Odão de Cluny, muito destes escrevendo baseados nos trabalhos de outros autores da cristandade, essa escrita masculina fica evidente (DALARUN, 1990). Os textos quase sempre

incorrem em descrever e tratar das mulheres baseados em modelos preconcebidos nas quais as mulheres são encaixadas. Deste modo, a mulher pode ser vista tanto como uma Eva, ou seja, alguém que traz a perdição e a tentação, responsável pelo declínio do homem, quanto uma santa a imagem da Virgem Maria, pura e casta e fonte de devoção e inspiração (DALARUN, 1990).

Estes textos não são escritos sem propósito, mas são confeccionados para educar as mulheres para que estas sigam o modelo de comportamento exemplar, ou seja, o da Virgem Maria e evitem modelos de comportamento impuros e pecaminosos (DALARUN, 1990). Obviamente estes textos não eram escritos propriamente para o público feminino, mas se acreditava como uma realidade que aqueles que lerem esses textos teriam então a responsabilidade de educar o modo de agir e de vivência dessas mulheres.

Como já foi dito, estes textos podem ser entendidos como uma forma de disputa de poder. Ao condenar um modelo comportamental feminino e difundir um modelo específico a ser seguido e passado para estas mulheres, um modelo irreal e perfeito, é parte do interesse destes escritores e da instituição eclesiástica por trás deles garantir o controle e mesmo a submissão dessas mulheres.

Baseando este modelo exemplar em dogmas e tradições cristãs, estes autores conferem autoridade a seus escritos para que sejam lidos e tomados como regras na sociedade de seu tempo. Dessa forma, impor estes modelos específicos de como agir e como viver as mulheres pode ser entendido como um mecanismo de controle destas pelas instituições eclesiásticas que enxergam como benéfico que estas mulheres sejam submetidas e controladas e mesmo inferiorizadas hierarquicamente em relação aos homens neste mundo cristão medieval.

Como pode ser visto mesmo num texto escrito por homens para um público provavelmente masculino também pode evidenciar a relação entre homens e mulheres neste mundo medieval e o posicionamento e atuação destes dentro da sociedade. O texto mesmo pode ser um testemunho das constantes disputas de poder referentes às relações entre os gêneros, destacando métodos e ferramentas de dominação e controle utilizados para a manutenção da hierarquia de gênero necessários pelas instituições dominantes do período.

Do mesmo modo, o feminino pode ser trazido nas fontes como meio de reforçar a posição ou status de algum personagem masculino. Raramente estas mulheres são trazidas nos documentos como indivíduos a parte e sem laços, como foi demonstrado no

trabalho de Ana Durão Correia sobre três importantes figuras femininas medievais: Urraca de Leão-Castela, Teresa de Portugal e Emma da Normandia (CORREIA, 2015). Pelo contrário, estas mulheres costumam ser representadas como mães, esposas, filhas e irmãs, integrando uma rede de relações e conexões que tangem e influenciam tanto a realidade sociocultural destas sociedades quanto às relações de poder.

Assim, o estudo destas relações entre estes personagens femininos e as figuras masculinas associadas a ela em um texto nos permite não apenas ter uma visão mais abrangente do papel e posição destas mulheres em uma sociedade controlada por homens, mas também nos permite novos entendimentos desta sociedade e das relações de poder que permeiam estes homens do mundo medieval. E como foi defendido por Fortes (2006), mesmo um texto escrito por um homem como Dudo de Saint-Quentin e que não tem objetivo de exaltar ou registrar a história de mulheres pode fornecer material de estudo destas relações e no nosso caso para o estudo do papel destas mulheres no posicionamento normando no quadro geopolítico medieval.

Um exemplo onde as relações entre homens e mulheres são de grande importância para estudos a respeito de poder no mundo medieval é no que tange às políticas de casamento. Como foi tratado por Gerd Althoff, o casamento de nobres não se limitava a uma mera união individual, mas era um acordo e um laço forjado entre famílias. Importantes famílias negociavam entre si seu poder, status e influência (ALTHOFF, 2004, p.39). O matrimônio medieval pode ser tomado como a construção de um laço político de aliança entre diferentes poderes.

Desse modo, o modo como estas mulheres e esposas são representadas no texto não pode ser compreendido sem levar em conta as próprias relações de poder entre diferentes núcleos familiares neste mundo medieval. Os laços de parentesco construídos por meio destes matrimônios se tornam alianças e vínculos de grande importância na geopolítica desse mundo. Como foi dito por Le Jan, esta família medieval não se limita aos associados por sangue, mas integram dentro dela vassalos, aliados associados por casamento.

No que tange ao mundo normando, Eleanor Searle explorou em sua obra “Predatory kinship and the creation of Norman Power, 840-1066” este conceito de parentesco no que se refere a casa de Rouen. Para Searle o norte do que hoje é a França esteve dominado entre os séculos IX e X por vários grupos familiares escandinavos que lutavam entre si e buscavam se vincular e trazer outros destes grupos para sua esfera de domínio (SEARLE, 1988). Para a autora a dinastia normanda que se configurava um

destes grupos, buscando levar sua autoridade e influência sobre os outros por meio da guerra e de alianças (SEARLE, 1988).

Como lembra Searle, o feminino tem um importante papel nesta construção de alianças, pois uniões matrimoniais são uma forma que estes diferentes grupos usam para criar esses vínculos (SEARLE, 1988). Analisando o caso escandinavo de modo mais específico, Helle Vogt percebe como o conceito de parentesco pode ser muito mais fluido do que se pode pensar (VOGT, 2010). Relações de parentesco podem ser construídas e desfeitas de acordo com novas realidades políticas e alianças. Desse modo, a forma como estas figuras femininas são trazidas no texto e a importância dada aos laços construídos através destas relações entre homens e mulheres estão diretamente ligadas às disputas políticas entre as diferentes forças desse mundo medieval.

Sobre o texto de Dudo em si, como foi dito anteriormente, as passagens que mencionam Poppa são bastante limitadas. Dudo se limita a informar que Rollo tomou para si a filha de um nobre de Bayeux chamado Berengário (DUDO DE SAINT-QUENTIN, *De moribus et actis primorum normanniae ducum*, f. 21-26). Esta filha chamada de Poppa reaparece posteriormente como mãe do filho de Rollo-Guilherme que herdaria a liderança dos normandos. Importante salientar que Rollo se uniu a Poppa pelos costumes nórdicos e não pelo matrimônio cristão, inclusive Rollo se casaria com uma nobre franca após seu batismo, a filha do rei Carlos, Gisela, lhe dada em matrimônio como forma de consolidar os laços estabelecidos entre os normandos e o rei carolíngio (DUDO DE SAINT-QUENTIN, *De moribus et actis primorum normanniae ducum*, f. 21-32).

É precisamente no papel de Poppa enquanto mãe de Guilherme que trataremos de modo mais específico. Embora pouco seja dito da infância de Guilherme, Dudo destaca sua origem mista, filho de um pai escandinavo com uma mãe franca. Essa relação coloca Guilherme tanto como um chefe de escandinavos, quanto um nobre carolíngio, inserido e herdeiro de uma tradição e instituições carolíngias.

A relação com este mundo franco ao qual Guilherme está ligado por sua mãe marcaria profundamente o seu governo. Como foi proposto por autores como David Crouch, Guilherme busca consolidar sua imagem como um legítimo nobre carolíngio cristão. Para isto Guilherme se dedica a apoiar a Igreja na Normandia e se coloca como uma força política presente e atuante no mundo franco, atitudes de um homem que busca consolidar sua posição como parte deste mundo cristão franco (CROUCH, 2002).

Entretanto, mesmo buscando essa aproximação com o mundo franco, Guilherme não fica isolado do mundo escandinavo. Como os trabalhos de Searle (1988) e Lauren Wood Breese (1977) afirmam, Guilherme continua intimamente ligado a este contexto escandinavo. Isso é notório em vários momentos do texto de Dudo que tratam Guilherme como um líder de escandinavos.

Este elemento escandinavo é fundamental para o texto de Dudo. Como foi elaborado por Fraser McNair, um dos grandes objetivos do trabalho de Dudo, a primeira grande obra encomendada pela própria corte de Rouen a registrar a vida e os feitos dos soberanos normandos, é a divulgação de uma identidade normanda (MCNAIR, 2015). Dudo busca construir em seu texto uma noção do que é ser normando, noção essa concebido em favor da própria casa de Rouen.

Segundo McNair, essa identidade normanda de Dudo passa por uma contradição (MCNAIR, 2015). Enquanto Dudo reconhece a Normandia como uma região com uma população de origens variadas e procura conceber uma identidade que abranja diferentes grupos de origens étnicas distintas, como francos, escandinavos e bretões, ele também se utiliza da figura de Rollo e dos supostos ancestrais nórdicos que fundaram essa Normandia como um marco dessa identidade normanda (MCNAIR, 2015, p. 320-325). Estes ancestrais nórdicos, como dito por Musset, ganham um valor totêmico no relato de Dudo, como um mito de origem que contempla todos os normandos, mesmo que a maioria destes normandos não tenham uma origem nórdica sanguínea real (MUSSET, 1958).

Em contraste, enquanto os nórdicos são evocados como ancestrais ou como as origens destes normandos, os francos são trazidos como os principais antagonistas deles. Podemos dizer que a identidade normanda trazida por Dudo se apoia na contradição e nas relações de alteridade destes normandos com os francos. Desse modo os francos são trazidos como inimigos e rivais da dinastia normanda.

Neste ponto, a origem mista de Guilherme acaba sendo uma das causas para um acontecimento do início de seu governo. Como escreve Dudo, após assumir a liderança dos normandos, Guilherme é desafiado por um escandinavo chamado Rioulf que acusa Guilherme ser excessivamente próximo de seus parentes francos e preterir seus seguidores nórdicos (DUDO DE SAINT-QUENTIN, *De moribus et actis primorum normanniae ducum*, 1865, f. 37-38). Guilherme deseja buscar auxílio de seu tio materno Bernardo de Selins para reprimir a revolta, mas é dissuadido por seu conselheiro Bernardo, o dinamarquês, que o instrui a derrotar Rioulf com seus próprios homens, ou

seja, normandos (DUDO DE SAINT-QUENTIN, *De moribus et actis primorum normanniae ducum*, 1865, f. 38-39).

Na fala de Bernardo para Guilherme é evidenciado que os francos são tomados como rivais e mesmo inimigos (*inimicorum*) e que seria vergonhoso para Guilherme depender do apoio deles (DUDO DE SAINT-QUENTIN, *De moribus et actis primorum normanniae ducum*, 1865, f. 38-39). Bernardo inclusive ameaça Guilherme de perder seus seguidores escandinavos se dependesse de tropas francas. As acusações feitas por Rioulf sobre Guilherme privilegiar seus amigos e parentes francos, tomando Guilherme como um herdeiro desta nobreza franca, também estão carregadas de intenções pejorativas para com os francos.

Deste modo, por que é dada ênfase a esta origem mista de Guilherme? Por que os laços estabelecidos por Guilherme através de sua mãe são tão destacados? Se os francos são tomados apenas como rivais dos normandos, por que a preocupação em destacar Guilherme como um membro destas famílias nobres carolíngias? No caso do herdeiro de Guilherme, Ricardo, mesmo tendo uma mãe bretã nenhuma única passagem evoca a importância disso ou o peso disto nas relações normandas com outros povos.

Obviamente, o status social e político diferente destas duas mulheres tem grande importância nisso, sendo uma pertencente a uma poderosa família carolíngia e outra uma concubina bretã pouco conhecida. Porém, o peso que a origem da mãe de Guilherme tem na narrativa parece estar intimamente ligado às relações dos normandos com esse mundo franco.

Como foi dito por McNair, uma grande preocupação de Guilherme é a consolidação de sua posição enquanto um membro dessa nobreza carolíngia (MCNAIR, 2015, p.312-316). Esta necessidade de se apresentar como igual perante os outros grandes de Francia estará por trás de várias atitudes de seu governo e na própria representação construída em torno de Guilherme. Assim, se Guilherme é representado como um nobre franco e um príncipe da cristandade, muito próximo da nobreza franca e com parentes importantes neste mundo carolíngio pode ser tomado como um produto desta necessidade de Guilherme de se afirmar dentro do quadro franco.

Neste ponto, Poppa tem um papel fundamental, pois através dela Guilherme não somente estabelece laços e vínculos com importantes poderes deste mundo carolíngio, alianças que serão fundamentais para a Normandia, como também legitima o status de Guilherme como um nobre franco. Guilherme não é somente o filho de um líder nórdico, mas também é membro de uma importante linhagem franca e herdeiro da

tradição e desta nobreza carolíngia. A figura de Poppa ganha grande importância através dos laços aos quais ela introduz seu filho, Guilherme, que o permitem se colocar não como um mero soberano estrangeiro líder de um povo distante que se estabelece na Francia, mas sim como um nobre franco de sangue e um membro legítimo desta nobreza carolíngia.

Dudo, escrevendo posteriormente, em um período que essa posição normanda no mundo franco está mais consolidada e plenamente estabelecida também não deixa de representar Guilherme como um membro legítimo dessa nobreza franca. Por mais que os francos sejam antagonistas destes normandos, por mais que a identidade normanda de Dudo se baseie em uma origem escandinava, a posição de Guilherme e seus descendentes como uma força legítima desse mundo franco não é questionada por Dudo e a narrativa da vida de Guilherme é fundamental para garantir esta legitimação.

Considerações Finais

Poppa não é tratada como uma personagem ativa ou de destaque no texto de Dudo, sendo retratada mais como uma figura submissa e pouco trabalhada na narrativa. De certo modo, o caso de Poppa é o mesmo de muitas mulheres representadas nos textos medievais, o de coadjuvantes em um mundo dominado pelo masculino. Porém, através de Poppa importantes objetivos da dinastia normanda e de Dudo ao escrever sua obra são alcançados.

Por um lado, a figura de Poppa é trazida na obra para evidenciar a posição dos francos enquanto rivais e inimigos dos normandos. O incidente da revolta de escandinavos provocado pela aproximação de Guilherme de seus amigos, aliados e parentes francos é um indicador da busca constante para construir este antagonismo na narrativa de Dudo, antagonismo do qual emerge um projeto de identidade normando próprio baseado em uma ancestralidade escandinava. O texto de Dudo então responsabiliza a aproximação de Guilherme do mundo franco como causa desta animosidade com escandinavos.

Entretanto, Dudo destaca em seu texto a origem mista de Guilherme e o fato de sua mãe ser uma nobre franca. A legitimação tão procurada pelos normandos como membros legítimos desta nobreza franca vem através de Poppa e dos laços que ela atrela entre os normandos e o mundo franco. Se os normandos se preocupam em estabelecer relações e alianças não somente com escandinavos, mas com o mundo franco também,

Poppa tem um papel vital em introduzir esta dinastia normanda a este quadro familiar carolíngio.

Estes laços se mostraram de grande importância para a situação normanda no contexto franco. São estes parentes de Poppa que apoiarão Ricardo, filho de Guilherme, a retomar sua posição como soberanos normandos quando este é capturado e deposto pelo rei. Também são estes parentes que trabalharão para consolidar importantes alianças entre os normandos e a aristocracia franca, alianças essas que afetariam diretamente a política normanda dos séculos X e XI.

Do mesmo modo que a construção de papéis masculino e feminino são realizadas em conjunto, onde a relação entre eles é fundamental para esta construção, na narrativa de Dudo personagens femininos são tomados como meios de construir uma representação de um líder masculino. Poppa, embora preterida no relato, é de grande importância para a representação de Guilherme enquanto líder de um território inserido no mundo franco, sendo através dela que se inicia a caracterização de Guilherme como um nobre franco, inserido dentro da geopolítica carolíngia.

Referências

Fontes Primárias

DUDO DE SAINT-QUENTIN. *De moribus et actis primorum Normanniæ ducum*. Editado por Jules Lair. Mémoires de la Société des Antiquaires de Normandie, 23, 1865.

Fontes Secundárias

ALTHOFF, Gerd. *Family, friends and followers: Political and social bonds in Early Medieval Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

BREESE, Lauren Wood. The Persistence of Scandinavian Connections in Normandy in the Tenth and Early Eleventh Centuries. *Viator*, 1977, 8, p.47-61.

CORREIA, Ana de Fátima Durão. The Power of the Genitrix-gender, legitimacy and lineage: Emma of Normandy, Urraca of Leon-Castile and Teresa of Portugal .2015. Dissertação de mestrado em História do gênero. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2015.

CROUCH, David, *The normans: The History of a Dynasty*. London: Hambledon Press, 2002.

DALARUN, Jacques. Olhares de clérigos. In: In: DUBY, Georges & PERROT, Michelle (dir.) KAPLISCH ZUBER, Christiane. (org.) *História das Mulheres - A Idade Média*. Porto - São Paulo; Afrontamento - EBRADIL, 1990.

FORTES, Carolina. É possível uma história medieval de gênero? Considerações a respeito da aplicação do conceito gênero em história medieval. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 7, 2006, Florianópolis. Anais do Seminário Internacional fazendo Gênero 7, 2006.

LE JAN, Régine. Famille et pouvoir dans le monde franc (VIIe-Xe siècle): essai d'anthropologie sociale. Paris: *Publications de la Sorbonne*, 1995.

MCNAIR, Fraser. The politics of being Norman in the reign of Richard the Fearless, Duke of Normandy (r. 942–996). *Early Medieval Europe*, 2015, 23, p. 308-328.

MUSSET, Lucien. Relations et échanges d'influence dans l'Europe du Nord-Ouest (Xe-XIe siècles). *Cahiers de Civilisation Médiévale: Xe-XIIe siècles*, 1958, 1, p.63-82.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, v. 20, n.2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SEARLE, Eleanor. *Predatory kinship and the creation of Norman Power, 840-1066*. Oakland: Univ of California, 1988.

VOGT, Helle. *The function of Kinship in Medieval Nordic Legislation*. Leiden: Brill, 2010.

RESENHA

CAMPAGNO, Marcelo, GALLEGO, Julián y MAC GAW, Carlos G. (comps.) *Regímenes políticos en el Mediterráneo Antigo*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2016.

Horacio Miguel Hernán Zapata

Universidad Nacional del Nordeste (UNNE)/Instituto de Investigaciones en Ciencias Sociales y Humanidades (ICSOH), Consejo de Investigaciones de la Universidad Nacional de Salta (CIUNSa).
Salta, Argentina

En los últimos veinte años, la dimensión política de la realidad social ha ocupado un lugar central en la agenda de discusión de los historiadores, quienes comenzaron a pensar críticamente los diversos discursos, prácticas y representaciones del pasado que –en términos generales– pueden ser estudiadas a partir de lo que contemporáneamente comprendemos con el concepto de “cultura política”. Esta nueva centralidad de “lo político” ha propiciado que los especialistas en el campo de la historia antigua ofrecieran nuevas y originales aproximaciones temáticas y perspectivas teórico-metodológicas sobre la multiplicidad de instituciones, dinámicas e imaginarios sociales asociados al ejercicio del poder y la autoridad que se gestaron en diferentes coordenadas espacio-temporales y culturales del mundo mediterráneo durante la antigüedad. En este contexto, el libro *Regímenes políticos en el Mediterráneo Antigo*, una compilación organizada por los historiadores argentinos Marcelo Campagno, Julián Gallego y Carlos G. García Mac Gaw, constituye un importante aporte bibliográfico en el estudio del heterogéneo conjunto de regímenes políticos que existieron en el marco de las distintas configuraciones estatales de las sociedades antiguas de Egipto, Cercano Oriente, Grecia y Roma. La obra reúne las versiones finales de las comunicaciones presentadas tanto por especialistas de destacada trayectoria como por jóvenes investigadores en el IV Coloquio del Programa de Estudios

sobre las Formas de Sociedad y las Configuraciones Estatales de la Antigüedad de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires y que tuvo lugar a finales de noviembre de 2014.

En esa dirección, esta obra en conjunto expresa la elevada calidad y creciente profundización de las diferentes líneas de investigación que están desarrollando actualmente historiadores argentinos especializados en el área de historia antigua, por lo que cada uno de trabajos reunidos es el resultado de su sólida formación teórica, de su prolongada dedicación a las labores que la actual investigación histórica requiere y de la permanente búsqueda de nuevas vías de entender las peculiaridades de las diferentes organizaciones políticas del Mediterráneo Antiguo. En consecuencia, esta auspiciosa compilación ofrece a los lectores la posibilidad de acceder a una multiplicidad de escenarios sociohistóricos del mundo egipcio, próximo-oriental y greco-latino mediante una multiplicidad de trabajos que, aunque elaborados a partir de diversos enfoques teórico-metodológicos, invitan a debatir y reflexionar sobre una problemática común: la configuración de diversos regímenes políticos como dimensión fundamental de la vida en sociedad, tanto en el registro de las prácticas como en el de las representaciones simbólicas, considerando además las especificidades de las diversas arquitecturas institucionalizadas y/o de vínculos políticos menos formalizados que constituyeron el eje central a través del cual se ejercía el poder, generalmente por parte de ciertos grupos de elites, pero también –y cuando las circunstancias así lo hicieron posible– por parte de sectores subalternos. La estructura de la obra es un reflejo del abordaje de todos estos aspectos y dimensiones, que se presentan de modo equilibrado en los capítulos que conforman cada una de las tres grandes secciones de la compilación.

La primera sección del libro, dedicada a Egipto y Próximo Oriente antiguos, contiene seis trabajos. Con base en el estudio de la evidencia funeraria, iconográfica y textual referida a las formas de liderazgo comunal existentes en el valle del Nilo antes y después del surgimiento del Estado –esto es, en un recorte temporal que implica *grosso modo* la transición del IV al III milenio a.C.–, Marcelo Campagno investiga en su artículo qué acontece con esos líderes locales en el contexto en el que emerge y se afianza a escala global la

lógica estatal. En diálogo con este trabajo, el capítulo de Augusto Gayubas revisa críticamente la teoría del antropólogo Robert Carneiro acerca de la influencia de la circunscripción ambiental en el surgimiento de sociedades de jefatura y, específicamente, su más reciente propuesta interpretativa sobre las dinámicas de diferenciación sociopolítica en el Alto Egipto a la luz de la evidencia arqueológica e iconográfica disponible. Preguntándose por el vínculo entre la organización política y su representación en clave mítico-narrativa, Marcos Cabobianco compara la manera en que se presenta el arquetipo de la “rebelión primigenia” –según el cual un grupo de seres ingratos pone en peligro la preeminencia del creador del cosmos y de sus legítimos sucesores– tanto en los relatos del Antiguo Egipto como en la ceremonia *Newala* de los swazi. Situándose en la época previa a la emergencia del primer urbanismo en el Levante meridional, Pablo Jaruf discute en su estudio la caracterización de las formaciones sociales de las postrimerías de la prehistoria palestinense como “sociedades de jefatura” y propone una revisión de la evidencia material del período Calcolítico (ca. 4500-3800/3600 a.C.) a la luz del marco teórico del materialismo histórico y, en particular, del concepto de modo de producción comunitario-patriarcal. Con el mismo cometido, Emanuel Pfoh cuestiona la aplicación de terminología medieval en la interpretación de las dinámicas sociopolíticas de varias de las principales sociedades del Cercano Oriente antiguo y, a partir de un examen de algunos de los tratados que el reino hitita de Hatti estableció con los principados de Siria septentrional, propone la reformulación de tales alianzas asimétricas en términos de vínculos de clientelismo-patronazgo. Cerrando la sección, Andrea Seri presenta un estudio que, apartándose del enfoque “estatalista” que ha guiado la investigación histórica entre los orientalistas, se centra en el rol de un grupo de instituciones locales (como el jefe de la ciudad, los ancianos, la ciudad y la asamblea) en la configuración de constelaciones de poder superpuestas que operaban con relativa independencia del palacio en la sociedad mesopotámica durante el período paleobabilónico.

La segunda sección alberga seis trabajos dedicados al estudio de la Grecia antigua. La cuestión de la lucha de clases en la época de la democracia ateniense es retomada por Mariano J. Requena, quien sintetiza los distintos avances

empíricos y teóricos de las últimas décadas que han permitido debatir y complejizar esta problemática clásica del materialismo histórico. Siguiendo los nuevos enfoques historiográficos centrados en el tratamiento de las emociones como objeto de estudio dentro de los estudios clásicos, Diego Paiaro examina en su artículo el “miedo a la tiranía” como sentimiento colectivo del *demos* ateniense y su vínculo con el régimen político durante la democracia. Por su parte, buscando indagar de qué manera la escritura y los mecanismos de producción de textos se conectaron durante el período de vigencia de la democracia ateniense, Sergio Barrionuevo se detiene en la forma de circulación de textos y libros durante el período clásico, los vínculos de estos artefactos culturales con el surgimiento de una nueva clase de intelectuales y, tomando como caso de estudio Protágoras de Abdera, la persecución a los mismos en Atenas durante el siglo V a. C. Por su parte, Claudia Fernández señala en su capítulo que si bien la comedia de Aristófanes resulta difícil de transponer a la realidad altamente conflictiva de la Atenas clásica, no deja de ser un producto cultural en el que se encuentran entrelazados ciertos temas cívicos con cuestiones éticas, intelectuales y valores estéticos. Centrándose en el mismo recorte espacio-temporal, Julián Gallego examina si la visión aristotélica de que una *polis* deja de ser la misma para transformarse en otra con cada cambio en el régimen político tiene algún asidero a partir del cotejo de ciertas dinámicas que acontecen en el ámbito ateniense bajo los gobiernos oligárquicos, buscando explicitar las continuidades y rupturas tanto en el plano de la participación política y el derecho de ciudadanía como en el plano de los intentos de reorganización de la ciudad y sus diferentes espacios. Avanzando en el tiempo, Claudia Mársico analiza el tratamiento de las tiranías griegas en el *Hierón* de Jenofonte como modo de aproximación al modo de interpretación de este modelo político entre los pensadores socráticos y a los motivos que configuran el vínculo propuesto entre cultores del saber y ejercicio del poder.

Y la tercera y última sección, dedicada al mundo romano y la antigüedad tardía, acoge otros ocho importantes trabajos. En su capítulo, Carlos García Mac Gaw discute la asociación del concepto de “modo de producción antiguo” de Marx con regímenes políticos preclásicos y, en su lugar, procura avanzar en una formulación teórica de esta categoría que esté acorde con el estado actual de los

estudios históricos sobre las formaciones sociales del mundo mediterráneo clásico y, en particular, con el impulso reciente que la arqueología ha aportado a esta cuestión. Encuadrándose dentro de las investigaciones historiográficas referidas a los movimientos de serviles rebeldes en el mundo antiguo, Fernando Piantanida estudia las configuraciones estatales creadas por los esclavos insurrectos durante las dos guerras serviles acontecidas en Sicilia durante el siglo II a.C. a partir de la complementación de fuentes literarias y numismáticas. A lo largo de su capítulo, Juan Manuel Gerardi se ocupa del problema de la participación política popular en la República romana tardía, evaluando los aportes a la cuestión en función de los cambios historiográficos producidos desde la segunda mitad del siglo XX vinculados al desarrollo en historia social de un enfoque centrado en las clases bajas e identificando las limitaciones y las perspectivas de análisis abiertas en relación a la existencia de lógicas de articulación del conflicto social. Por su parte, Alicia Schniebs reflexiona sobre la construcción de lugares de poder en la *Metamorfosis* de Ovidio y del posible vínculo entre ella y la redefinición del espacio que emerge de la instalación y afianzamiento del régimen autocrático en la Roma de finales del siglo IV a.C. en términos de la producción y circulación de los discursos que las representaciones republicanas conciben como fundamento del entramado social y político. Deteniéndose en las vicisitudes que atravesaban a las iglesias cristianas en el norte de África durante el período de las persecuciones del siglo III, Mariano Spléndido indaga el modo en que el obispo Cipriano de Cartago articuló un discurso alrededor del papel de Roma como modo de legitimación dentro de una comunidad quebrada por la apostasía masiva y cuestionadora de su liderazgo episcopal. Seguidamente, Rodolfo Lamboglia reconstruye la particular organización político-militar erigida por la reina Zenobia de Palmira que desafió el poder romano en el transcurso de algunos pocos años, durante la segunda mitad del siglo III. A continuación, Pablo Sarachu aborda la situación de los *curiales* tras la reforma tributaria de Dioclesiano preguntándose si esta medida benefició o perjudicó a estos funcionarios romanos, en particular a aquellos que residían en la Galia meridional. Cerrando la sección y el libro, Pablo Ubierna presenta un original estudio alrededor de la confluencia y

oposición de una serie de discursos sobre la sociedad y el imperio en la Bizancio de principios del siglo X.

Solo resta celebrar el gran esfuerzo de compilar un conjunto de trabajos de tan amplia variedad temática y alcance espacio-temporal en un nuevo volumen de la colección “Estudios del Mediterráneo Antiguo” por parte de los directores del Programa de Estudios sobre Formas de Sociedad y Configuraciones Estatales de la Antigüedad de la Universidad de Buenos Aires, pues indudablemente se trata de un buen libro que vino a enriquecer los estudios de historia antigua en Latinoamérica a la par de otras virtudes historiográficas y, por tanto, será una lectura obligada para todo aquel interesado en una mirada original sobre los regímenes políticos anteriores y posteriores al surgimiento de los Estados en la Antigüedad.